

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ABORTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)JUSTIÇA REPRODUTIVA

Lanah Rebeca Medeiros Silva, PUCPR<sup>1</sup>  
Luana Silva Ribeiro, UNESULBAHIA<sup>2</sup>

Embora o direito à saúde seja um direito fundamental protegido pela Constituição Brasileira e por mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos, o acesso à saúde reprodutiva no Brasil, especialmente no que se refere às políticas públicas sobre aborto, é profundamente atravessado por desigualdades sociais, raciais e territoriais. Mulheres em diferentes realidades enfrentam barreiras estruturais que comprometem sua autonomia e segurança, sobretudo em territórios vulneráveis, onde essas desigualdades se agravam, evidenciando falhas no sistema de proteção social em oferecer um cuidado livre de violências. É nesse contexto que se insere o presente trabalho, tendo como objetivo analisar a criminalização do aborto e a omissão estatal na formulação de políticas públicas que afetam desproporcionalmente mulheres negras, periféricas e pobres. O estudo parte da interseccionalidade como base para compreender os impactos do racismo institucional, da desigualdade territorial e da moralização do cuidado sobre o acesso à saúde reprodutiva. A análise busca evidenciar que a ausência de políticas públicas voltadas à justiça reprodutiva racializada perpetua ciclos de exclusão, violência e invisibilidade, exigindo abordagens decoloniais e antirracistas que coloquem o cuidado no centro da ação estatal. A metodologia adotada é dedutiva e qualitativa, com análise crítica de estudos teóricos, legislações nacionais e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, além de estudos de pesquisas produzidas por organizações da sociedade civil. Como resultado preliminar, tem-se que a efetivação do direito à saúde no Brasil, incluindo a saúde reprodutiva, exige o reconhecimento das desigualdades que afetam os corpos

<sup>1</sup>Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, membra do Núcleo de Estudos Afrocentrados de Direito da PUCPR. Lanahrebeca@outlook.com

<sup>2</sup>Graduanda em Direito pela UNESULBAHIA Faculdades Integradas - Eunápolis, membra do Núcleo de Estudos Afrocentrados de Direito da PUCPR. Luanasilvaribeiro10@gmail.com

# V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



das mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres negras e periféricas. É urgente implementar políticas públicas que considerem essas especificidades, promovam a justiça, adotem cuidados e práticas antirracistas, e estejam alinhadas aos marcos internacionais de direitos humanos. Logo, a justiça reprodutiva emerge como elemento central para a construção de um sistema de proteção social verdadeiramente inclusivo para todas as mulheres.

**Palavras-chave:** Aborto; justiça reprodutiva; racismo institucional.

## Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Aborto: direitos e saúde pública*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/livro\\_aborto.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/livro_aborto.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

CRIOLA. *Legalização do aborto com enfrentamento ao racismo: justiça reprodutiva*. Rio de Janeiro-RJ: Criola, 2023. Disponível em: <https://criola.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Legalizac%CC%A7a%CC%83o-do-aborto-com-enfrentamento-ao-racismo-justic%CC%A7a-reprodutiva.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

JUSBRASIL. *Instrumentos internacionais do direito da mulher: a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará – breves apontamentos*. São Paulo-SP: JusBrasil, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/instrumentos-internacionais-do-direito-da-mulher-a-cedaw-e-a-convencao-de-belem-do-para-breves-apontamentos/1291150584>. Acesso em: 10 out. 2025.

OHCHR. *Sexual and reproductive health and rights*. Genebra: United Nations Human Rights Office, 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/women/sexual-and-reproductive-health-and-rights>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Justiça reprodutiva no Brasil: coletânea de artigos*. Curitiba-PR: UFPR, 2024. Disponível em: [https://cdh.ufpr.br/wp-content/uploads/2024/08/Justica\\_Rprodutiva\\_Brasil\\_180724\\_COM-LINKS-e-COM-CAPAS-1.pdf](https://cdh.ufpr.br/wp-content/uploads/2024/08/Justica_Rprodutiva_Brasil_180724_COM-LINKS-e-COM-CAPAS-1.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.